

# Memórias pombalinas do marquês de Bombelles

*Augustina Bessa - Luís*

SEBASTIÃO JOSÉ MORREU EM POMBAL, FOSSE DE pedra biliar, fosse de edema dos pulmões, ou da simples nostalgia em que a corrupção física se baseia. Morreu talvez como Horácio, a quem os pressentimentos de Mecenas fizeram com que dissesse: «Um mesmo dia trará a ambos a ruína.» E nesse momento o país retomou a sua inevitável inclinação ao comodismo tribal, fechado nas suas fronteiras e guardando pelas velhas alianças uma espécie de preferência que prescindia das afinidades, para respeitar a lei do parentesco. Isso acontecia com a Inglaterra, que vinte anos de más relações com Sebastião José não influíram muito na sua posição face à sociedade portuguesa, capaz de certa dedicação pelos tratados, quanto mais caducos eles se tornassem.

A obstinação britânica condicionava-se ao feitiço letárgico do cidadão luso, para quem as inovações são sempre maneira de arruinar o melhor da experiência humana, que é o sabor doce da mediocridade, «áurea mediania», grata ao latino de raiz pastoril. Este país voltado para a sua vocação doméstica, que se eleva às vezes à proporção da epopeia sem lhe atribuir, no entanto, a síndrome trágica, levantava objecções na conjuntura europeia. Em 1786, Marc-Marie, marquês de Bombelles, recebeu de Versailles a missão do embaixador de França em Lisboa. Mas, secreta, era a incumbência de afastar Portugal da sua aliança com a Inglaterra, fazendo-o participar do *Pacto de Família* que unia o ramo dos Bourbons instalados em diversos tronos. Em 26 de Outubro de 1786, o senhor de Bombelles, com mulher, filhos, cunhada, confessores, secretários, lacaios e cozinheiros, chega ao Tejo e ao famoso *bout du monde* em que a diplomacia encalha nobremente. Descendente possivelmente de portugueses, de linha marrana, Bombelles talvez sentisse por este pequeno país retirado do concerto das nações uma simpatia que, ao entrar na Corte de Lisboa, sofreu um certo choque. A rainha, que tinha a distinção da sua boa alma

Retrato do Marquês de Pombal, desenho de Peregrino Parodi, c. 1759. Biblioteca Nacional de Lisboa





Retrato do marquês de Bombelles  
in *Journal d'un ambassadeur de France  
au Portugal*, org. por Roger Kann, Paris, 1979.  
Biblioteca Nacional de Lisboa

empobrecidos ou pelo menos caídos na precária condição de *noblesse manquée*. Bombelles traça o retrato da ladina literata que foi a marquesa de Alorna, Alcipe, e não deixa dúvidas quanto ao carácter dessa gente, inteligente e espirituosa, mas pouco edificante.

Diz, por exemplo, que a filha da marquesa de Távora nova usava em público as jóias magníficas que foram presente de D. José para sua mãe. *M.le de Távora est laide* – acrescenta. Mas as outras netas da velha D. Leonor de Távora, a supliciada, mantinham a tradição das mulheres da família, porque eram muito belas.

A terceira filha da Alcipe e do conde de Oeynhausen foi amante de Junot, e considerada uma das mais formosas mulheres do seu tempo. Foi a famosa condessa da Ega, a quem os portugueses dispensaram um ódio bastante saudável, mas que ela ultrapassou com a sua veia aventureira e pouco escrupulosa. Sua mãe era uma das

e a inteligência dessa distinção, dava o tom a uma sociedade que passava o tempo sem se divertir, e para quem a intriga de família era a mais apaixonante das distrações. Encontrou Bombelles, *petit maître* intelectual e homem do século XVIII, dotado da civilidade do coração, um clima reservado mas viável e uma série de salões ainda habitados pela sombra de Sebastião José. Alguma coisa o ligava ao ministro desaparecido há dez anos, porque, no seu diário, Bombelles sempre mostra pertencer ao partido do velho ministro e defender a sua posição contra as diabruras dos seus inimigos. E quem eram os inimigos póstumos de Sebastião José? Por exemplo, Alornas e Távoras, que durante o cativo tinham claramente pedido a protecção de Pombal para suavizar as condições de vida, e depois da sua morte, ou mais exactamente depois do *Libelo Famoso*, passaram a usar um tom acerbo e até violento. É certo que essa hostilidade parece mais ser produzida pelo contraste das duas famílias, os Pombal nadando na opulência e os Távoras



Retrato a óleo da 3.ª marquesa de Távora,  
D. Leonor Tomásia, 1700-1759, de J. B. Gerard.  
Coleção Biblioteca Condes Castro Guimarães

D. José I, gravura Jean Charles François.  
Biblioteca Nacional de Lisboa



Retrato do Príncipe do Brasil.  
Biblioteca Nacional de Lisboa



mais renitentes inimigas dos Pombal, que ocupavam na sociedade um lugar tão estimável quanto era garantido por uma grande fortuna. Henrique, o marquês novo, possuía a educação primorosa dos filhos dos adventícios de génio; estudara em Paris, e sua mulher conservava em Lisboa os penteados que se imaginam audaciosos, provavelmente à *M.le Mars*, com madeixas cortadas, o que seria o bastante para que as portas dos salões mais conservadores se fechassem para ela. Além disso, a família Pombal tinha hábitos que a sociedade desaprovava, como permitir que as jovens solteiras saíssem sozinhas. O facto de serem muito ricos desenvolvera neles a histeria da liderança de breve alcance, e é de crer que se fizessem pouco simpáticos se isto não fosse atenuado pela brandura de coração. Boa gente, com o vício do jogo que herdara do velho antepassado, o Estudante, o certo é que desfrutava na Corte de uma confortável situação. Pessoas como a honrada Alcipe não hesitavam em recorrer ao embaixador Marc-Marie para achar junto do Marquês de Pombal o favor necessário para pagar as suas dívidas. Ela sabia que a vingança é difícil de executar, desde que a necessidade e a avidez tomam a dianteira sobre a memória. O certo é que as diabruras que Sebastião José suportara em vida, e no que chamou o seu desterro em Pombal, ainda se prolongaram durante alguns anos depois da sua morte.

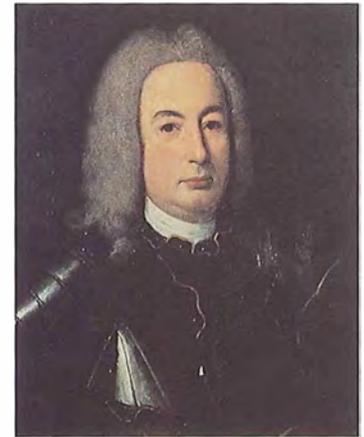
Mas a Corte, sobretudo a rainha, a quem a veneração por D. José, seu pai, impedia de dar ouvidos aos detractores de Sebastião José, mantinha uma conveniente atitude a respeito do ministro defunto. Sobretudo o príncipe herdeiro, educado expressamente para um absolutismo esclarecido, conservava pela memória do Marquês um sentimento de dedicação. Um dia, reparando como as salas estavam cheias de gente do clero, ele disse a Henrique, o pouco ambicioso herdeiro de Pombal: «Se o teu pai cá andasse, estes desocupados não estavam aqui.» Mas Bombelles, que

narra esta anedota, não parece impressionado com a força de carácter do príncipe do Brasil. «Tudo dependerá das pessoas que o governem.» – escreve, com cepticismo. Não chegou a provar a sua energia, porque morreu de varíola o príncipe, cujas conversações audaciosas chegaram a inspirar cuidados ao conservador muito ilustre que foi o viajante Beckford, excêntrico temperado com as ervas finas da literatura.

As diabruras não se manifestavam unicamente a nível das famílias que personificavam a oposição a Pombal. O conde da Redinha, ao que parece homem tão pouco agradável quanto fora seu pai, teve bastantes causas de desgosto nos seus dois casamentos. A segunda mulher, uma Pópulo e Lorena, deixou-o, voltou ao lar, por instâncias da rainha, e deu-lhe um filho ilegítimo, decerto concebido na inconstância do matrimónio. Entre os seus diamantes, o provincianismo banhado de certa impunidade concedida pela fama honesta, a prole de Sebastião José mantinha o nome, a mesa farta, causa de fortes indigestões, e assegurava a sensibilidade histórica que, não raro, partindo dum motivo superior e alarmante, se afirma na brilhante mediocridade. O olho de Bombelles, sem contemplações, tanto mais que a estada em Portugal não o deleita propriamente, anota os ridículos, as vulgaridades, as fraudes da estirpe de toda essa dinastia pombalina em que o génio não habita e em que o talento é apenas um preconceito mais.

Quando descreve a condessa da Redinha, com o seu vestido de fustão branco feito do avesso (decerto o fustão de seda inglês, de rara perfeição têxtil), com o cinturão de diamantes figurando um veleiro a todo o pano, situa-a a cem anos de Versailles, onde ela, de resto, nunca teria estado. Ao contrário de Henrique e sua mulher, esses viajados e ilustrados com as relações das grandes cidades, mas eles próprios pouco informados das maneiras de Corte e da etiqueta e da dignidade do grande aparato. E, no entanto,

Bombelles demonstra pela família de Sebastião José uma afectuosa disposição, decerto efeito do respeito que teve pelo estadista e que inclui a cumplicidade da célula em que se tinham situado. Não lhe perdoa, a essagente opípara e sonolenta, o não ter recebido no baptismo a centelha do grandehomem. A ideia que Bombelles tem das mulheres portuguesas resume-se na sua observação: «Uma mulher espirituosa, ainda que nascida e educada em Portugal.» Parece que nem a casa de Pombal, um pouco aproximada aos costumes novos, sem ter tido dos velhos suficiente informação, o satisfaz. A sua diarreia, mais nervosa que amibiana, é o sinal do que pensa dessa sociedade da «viradeira», governada pelo Frei Inácio de grossas maneiras e coração compassivo, o que é bastante para que um francês se ache pouco à-vontade nos seus próprios méritos, no seu cargo e na sua condição. Se há coisa que um francês deteste é ter de respeitar alguém, dando à virtude uma confirmação que diminua a inteligência. O retrato que Bombelles faz do marquês de Alorna é de facto brilhante na firmeza, sóbrio, desafectado e, sobretudo, tranquilo quanto ao destino do seu diário. A maneira como o senhor de Alorna fala do seu cativo diz muito do seu natural, que era provavelmente o bastante egoísta para não se deixar impressionar nem pela desgraça, nem pela fortuna. No entanto, perante uma companhia de gente culta e indiferente, ele parece bom conversador: no meio familiar conserva a dureza que contribui decerto para que a prisão parecesse uma sanção feita à natureza, senão uma justiça aplicada ao crime. Os seus comentários, onde passa o diálogo do clã familiar, dizem-nos bastante da educação e da natureza da nobreza tradicional, cuja linguagem se aparenta com a plebe, não por razões da má gratificação da sociedade, mas por outras: porque destituir o sublime é uma maneira de elevar a sua própria condição magnífica. Falam, pois, como carroceiros os Aveiros e os Távoras, como hoje



Retrato do 1.º marquês de Alorna, D. Pedro Miguel Almeida Portugal, século XVIII, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna

falam assim os mais estilizados membros duma aristocracia; para que o predomínio se manifeste na insubordinação à pequena polidez, trazida na manga do notário e tida como habilidade de negociante. A conversação, nos salões já frequentados pelas Sigeias e as áureas princesas manuelinas, era tão livre como se supõe pelos pasquins, que algo inventavam e muito descobriam. Extinta essa geração meritória em aspectos letrados, em modos e ocupações concertados com várias virtudes, ficou o fidalgo pelado da sua magnificência, criado para sobreviver em festa e que tinha como bagatela o sentido hierático do cargo. O preceptor e o militar eram decerto os únicos que cumpriam a minuta da obrigação. Mas a promoção actuava como o recinto do prodigioso, o que fazia do militar um postulante e não algo de conciso como carreira. Restava o preceptor, um corcunda no corpo da sociedade, capaz de instruir descaradamente um povo inteiro no rendimento dos pequenos talentos. O século das Luzes foi o século dos preceptores. Falaram admiravelmente, fabricando uma classe média voltada para as ciências exactas, e cujo êxtase coincidiu extraordinariamente com o uso dos negócios praticamente extinto no reino, onde o aristocrata se tornara numa casta e o oficial numa figura decorativa, sem soldados e sem armas.

Quando o senhor de Bombelles chega a Lisboa, em 1786, encontra a casa de Pombal bem firme na Corte, ainda que a nobreza guarde a seu respeito um desdém, mais do que um ressentimento. Mas é manifesto que as ideias vingativas se vão atenuando, decerto porque os meios de as pôr em prática se tornam mais difíceis.

A rainha retomara as relações com a gente de Pombal de maneira fácil, e é possível que esse passeio à Quinta de Oeiras, uma festa campestre no intuito de mostrar agrado, sele o pacto que o processo Mendanha tinha estremecido. Pelo que diz Bombelles no seu diário, a família do estadista, próxima e distante, parece participar da

bela companhia que anda de cavalgada pelos arredores da capital, a apreciar as fontes, mas não se identifica totalmente com a fidalguia ávida, avara e desinteressante que o embaixador francês se comprazera em descrever. O certo é que as diabruras tinham terminado, os velhos vão morrendo levando ao túmulo, senão o desprezo, pelo menos a indiferença dos seus contemporâneos. E é a propósito do marquês de Angeja, um desses gentis-homens sempre cobiçosos de privilégios, espécie de reposteiro-mor de D. José, que nos aparece um vivo traço do carácter desse rei. Na noite do atentado, o soberano foi tratar o ferimento a casa do marquês de Angeja; isto cimentou as suas relações, e Sebastião José nunca pôde influir nessa intimidade entre Angeja e o rei, «qui en emposa au marquis de Pombal». Assim se observa quanto D. José era de facto imperturbável nas suas decisões. Depois de tudo, também para o monarca, o ministro era um doméstico e não um íntimo. Com o tempo, ascendeu à categoria de amigo, mas sem jamais ser colocado naquele grau de íntimo que corresponde à abor-

Retrato da Princesa do Brasil, D. Maria Francisca, depois rainha D. Maria I (1734-1814), atribuído a Francisco Vieira Lusitano. Palácio Nacional de Queluz



dagem do sentimento de casta. Embora a nobreza usasse em geral de uma atitude fechada em que tanto virtudes como vícios concorriam igualmente para a sua perda, a verdade é que o sentimento de casta, qualquer coisa como a predominância rática acima do próprio espírito, não a abandonara.

O visconde de Lima, secretário de Estado, dava o exemplo desse fidalgo pachorrento e desastrado, como é próprio daqueles que se continuam, geração após geração, numa ociosidade em que o ruído faz as vezes de alegria e a cumplicidade as vezes de estima. O duque de Aveiro, tão cruelmente justicado, era outro espécimen dessa nobreza em que um fatalismo, uma indolência mórbida, conduzem à desgraça. Avisado do perigo que corria, limitou-se a dizer «o que for, soará!», como se o destino, seu último laçoi, estivesse à porta para lhe oferecer a peiça e fazer montar no cavalinho árabe, justamente a tempo de se livrar. O mesmo acontece com Luís XVI, que vacila, que não sabe evadir-se e correr, que perdeu com a vida de salão a verdura do fronteiro-mor ou do alcaide do século XII, capaz de ficar no seu posto, não como uma rês para o matadouro, mas com a raivosa esperança de matar ainda o inimigo com o seu bom cutelo de vedor. A nobreza perdera os dons do seu banditismo, lia e escrevia livros, coisas que só os frades e os alfaiates faziam antes.

E, no que é mais, perdia a noção da sua força, que é uma ilusão como qualquer outra, mas ilusão activa. O duelo sistematizara a agressividade, e depois tornara-se um protocolo mais. E até a corrida de touros em Salvaterra, com aquele pobre fidalgo vítima dum acidente psíquico, mais do que um desastre desportivo (o Conde dos Arcos, segundo filho de Marialva, tinha uma amante que muito amava e que se encontrava doente; a sua angústia transmitia-a ao cavalo favorito, que se punha a tremer e estacava, e nisso consistiu a fatalidade), foi o indício

de que a sociedade estava em depressão, desprotegida da sua vocação que se exprime pela «necessidade do ferro». A Europa das Luzes vai instaurar a cobardia burguesa com toda a platitude de teses humanitárias que não significam mais do que um passo hipnótico para as massas.

Aparece a classe média privilegiada, munida de um superpolicimento que lhe permite viver em paz com os seus contratos cúpidos que promovem a política sem pátria.

À alta burguesia, como à nobreza do século XVIII, vai suceder o embrutecimento paralelo à desmistificação dos grandes ideais e à violência que eles arrastam.

Apareceriam em breve os fabricantes de paz social, servidos por uma imprensa «educativa», capaz de sensibilizar o povo para as coisas que sancionam a ditadura da incapacidade. Criado o capitalismo, estaria também criado o meio de romper com a ideologia do tempo presente, o presente esgotado, reduzido ao osso, devorado pelo mecanismo dessa economia triturante e cega.

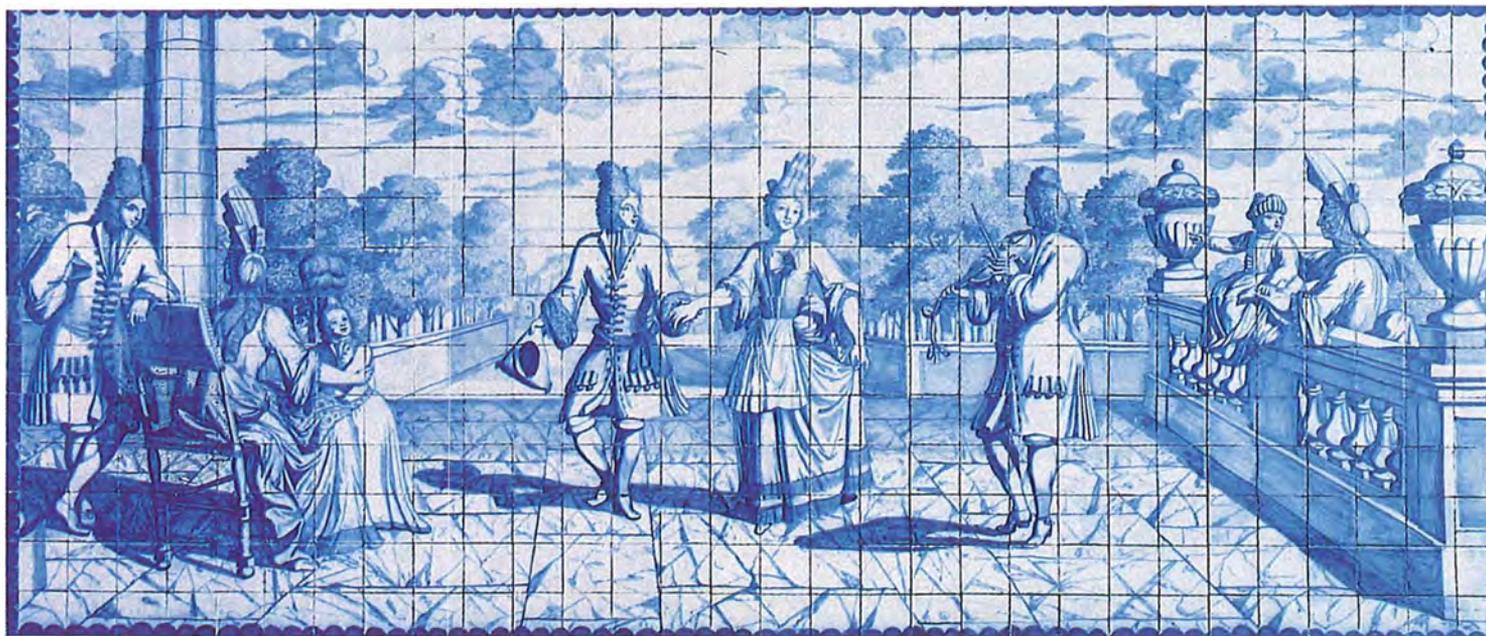
De certo modo Portugal escapava pela tangente a tudo o que pudesse significar um movimento histórico; a própria mediocridade conservadora que lhe era tão cara estava penetrada de um movimento que a duquesa de Abrantes, a mulher de Junot, em 1805, haveria de chamar «à esquerda ou à direita mas, por exemplo, jamais em linha recta». Como ela bem notou, na alta sociedade não existiam categorias. «C'était détestable ou bien parfait.» – diz a duquesa, que, entre muitas bizarras, tem às vezes algumas que coincidem com a verdade. E declara que o tempo de João de Castro, dos Albuquerque e dos Pombal está bem longe, e a sua lembrança extinta. O que predomina em todas as classes, como elo de identificação, é a necessidade de se cumprimentarem, uma espécie de ritual chinês, pela minúcia e demora das expressões que envolvem a família, os criados e o cão. É a senhora de Abrantes que nos dá um

retrato da condessa da Ega, bisneta da marquesa de Távora; o facto de a condessa ser amante do general seu marido impede que ela «tome partido». Ela diz: «Tem talentos, senão de primeira ordem, suficientes para dar prazer, ser útil e divertir-se a si mesmo.» Isto engloba a sociedade literária das Alornas, um misto de devaneio, elegância e aridez letrada. Quanto a Sebastião José, em 1805 era ainda muito respeitado pelos franceses, e a duquesa de Abrantes faz-lhe um elogio rasgado, de mistura com alguns erros históricos. Essa Corte, que fora beata mas galante, era agora uma gaiola de corujas extraordinárias, umas mais feias que as outras e onde se destacava a princesa do Brasil, Carlota Joaquina, uma interessante personagem. Interessante apesar do seu mau gosto, dos seus cabelos sujos, do seu ar de mamarracho, do seu chapéu de homem, o ar fora de moda, a vilania feita uma espécie de terrorismo de casta. Uma tal princesa teria dado muitas dores de cabeça a Pombal; e, se fosse rei, podia ter sido o seu Henrique IV.

Assim, Sebastião José não teve remédio senão «ter medo», ao lado de um soberano medíocre, último e mau representante dos costumes livres que se relacionavam com a fé na glória dos seus antepassados. Ao longo dos capitães da indústria que personificavam um tipo novo: o *self made man*, frio calculista, neoguerreiro para quem a audácia passa pelo cubículo do contabilista e a aventura pelo conselho de administração. Se Sebastião José tivesse podido agir segundo a sua natureza, o país teria entrado em guerra com outras potências; muito pouco impressionado pela quimera da paz social, lançar-se-ia na pura acção, que é agressiva e o contrário do regime das cedências. Mas o seu consulado foi minado pela teoria da autoridade indiscutível, quando a autoridade tem de ser discutível, para permitir aos homens o direito ao irresistível passo para diante.

Fora da sua natureza aristocrata, o ministro só podia entrar no campo da burguesia, e foi isso que lhe deu um tom de ferocidade, tão próprio da ambição raciocinadora. Homem de leis, seria

*Lição de Dança.* Painel de azulejos holandeses. Palácio da Rua dos Mouros, 1707. Museu Nacional do Azulejo



bem empregue na época revolucionária do terceiro Estado, figurando entre os advogados desconhecidos deputados à Constituinte, notários, procuradores do rei, juizes, gente mergulhada em papéis até aos joelhos; e que contribuíram na Revolução com a sua capacidade administrativa, seu conhecimento de funcionários da ordem jurídica, a sua febre chicanista enormemente treinada nas malhas do direito feudal, tecidas na trama do direito de propriedade. Como Mirabeau, o ministro seria o grande provocador em quem as ambições funcionam como uma mola que faz saltar os velhos parafusos do Estado que asseguravam a grandeza real. O amor-próprio que Sebastião punha nos seus casos litigiosos, com os ingleses, com a Santa Sé, com os jesuítas, só é compreensível se o situarmos entre a gente do antigo direito, extremamente empenhada em fazer valer o seu parecer em causas de aparência inferior ao ardor dispendido com elas. Mas o direito era, por força da sua acumulação de leis produzidas em diferentes sistemas, um pólo irrecusável na vida humana, e as populações, tanto rurais como urbanas, atribuíam-lhe enorme importância.

Sebastião José, até ao fim, representou o prestígio do pequeno jurista de província, obstinado, capaz de perder o sono por uma questão de marcos ou de águas, capaz de trabalhar num cacifo escuro durante vinte horas para escrever a sua minuta, a sua contestação, sempre a mais refinada, a mais estudada e que lhe deixaria nome na comarca. No direito, no seu direito, a indulgência era uma fraqueza; como bom fisiocrata, a Justiça, como o Estado, era o senhor absoluto. Vemo-lo, não sem certa admiração, na sua casa de Pombal convertida em parte em escritório de homem do foro, escrevendo com a pena de rama as suas longas arengas, justificações que nos parecem prolixas e desprovidas de sentido prático, mas que eram o estilo de um direito baseado nos métodos coercivos da prova

jurídica. Só entendemos o comportamento do ministro, já no exílio, como se ele se considerasse parte ainda do Estado, e portanto possuído da cólera benéfica que pune o obstáculo posto ao Estado. Mas os tempos mudavam. O sistema liberal introduzia a noção da liberdade de opinião traduzida pelos partidos, e o próprio crime político seria considerado um acto de revolta isento de infâmia.

Mas as ideias mortas têm um extraordinário poder de se imporem desde o túmulo. O Estado policial que Pina Manique imaginou com tanta perseverança viria despontar em épocas em que o energúmeno ideal tinha que assumir o papel de árbitro da ordem. O Intendente cometeu o erro, muito comum aos medíocres, de achar que a sociedade vive dum discurso metódico, quando ela vive sobretudo do obscuro e do indeterminado.

Também Sebastião José não reconheceu que a legislação dum país se divide sempre numa região clara e noutra que não o é, e que esta última é porventura a mais importante para o progresso dos assuntos humanos.

Agora que esta portentosa figura jaz, autopsiada, com o seu grande coração tornado num músculo frio, vemos que a vida de um homem é feita de inúmeras circulações inacabadas. Tanto a sua estada em Soure, casado com a viúva que raptara a uma família prepotente, como a permanência na Corte de St. James ou de Viena, foram lances incompletos dos quais transitou para outros de que nunca teve propriamente a chave.

É estranho: acusado de ateísmo, o ministro comportou-se como um eclesiástico, dando à educação das consciências um valor algo exagerado, e procurando incutir no príncipe herdeiro princípios que, pela sua quimérica força moral, evitassem conflitos futuros e se derramassem sobre a nação as benesses da doutrina da harmonia. No fim de contas, Sebastião José era um pragmático ao querer combater o fanatismo com a

Antônio José de Souza Melo  
Antônio José de Souza Melo

de de Poyras.  
Conde de Poyras.

Marquês de Pombal

verdade – e um pragmático de inferior qualidade. Não se encontra esta fixação à verdade senão naqueles que muito viveram a servidão e a mudam em novos hábitos servis. Não se sabe se um homem pobre e ambicioso consegue alguma vez esquecer as desfeitas experimentais, e se tudo o que sonha e pratica não é afinal a maneira de esquecer os golpes amargos que sofreu.

De qualquer maneira, o nosso orgulho é um guia de cegos – ou nos salva ou nos perde, mas

sempre nos engana. Entre o jovem fidalgo que andava pelos caminhos de Soure como um vagabundo, levado até à extremidade de roubar um cavalo por uma hora, e aquele ministro no seu desterro, ainda pronto a justificar-se, a defender-se, um tanto estranho à realidade da morte, não há um reinado, uma nação, uma medida de tempo.

Há só o homem e o enigma; e o nome escrito em papéis.